

Existência Cristã na Realidade Política

Breno Schumann

MARTIM LUTERO APÓS 450 ANOS

Não é preciso ser leitor assíduo da Bíblia para perceber que a relação entre cidadania e fé se constitui em questão das mais controversas e, por sua própria natureza, constantemente atual. Sempre houve quem desejasse solucionar a dialética inerente ao problema, estabelecendo uma rígida distinção entre Igreja e Estado, crente e sociedade, "religião" e "mundo". A tentativa, contudo, revela-se tão irrealista quanto inócuo. Quaisquer que sejam as circunstâncias, o cristão se vê reiteradamente colocado diante de opções que pertencem indiscutivelmente ao âmbito político, ou seja, à realidade na qual tem de viver. Desde a luta pela sobrevivência (remuneração, jornada de trabalho, condições de vida) até as possibilidades de participação social (eleições, regimes e sistemas sócio-políticos), sem esquecer a liberdade de expressão religiosa, o cristão sempre enfrentará alternativas e, pelo menos na prática, estará assumindo uma posição. Nesse caso, quem pretender ser "cristão" num setor e "cidadão normal" noutro, estará apenas dando expressão à sua esquizofrenia. Não é por acaso que o nome de Pôncio Pilatos figura no Credo Apostólico: a relação entre Jesus e o governante romano expressa paradigmaticamente o encontro e a ruptura, o diálogo e a tensão existentes entre a comunidade dos fiéis (a Igreja) e a comunidade dos cidadãos (o Estado). E ninguém se isenta desse fato.

Após 450 anos da Reforma da Igreja, como foi propugnada e realizada por Lutero, qual o possível significado de sua reflexão teológica a respeito do binômio Igreja-Estado? Quais as consequências de seu pensamento, na ética política dos cristãos? O lap-

so de tempo que nos separa do Reformador não é irrelevante, bastando mencionar alguns dos fenômenos mais capitais da Idade Moderna, para verificarmos quão outra é a nossa realidade: a descoberta de nosso planeta, o auge e decadência do colonialismo, o Racionalismo e a Revolução Francesa, Marx e a Revolução Russa, o progresso técnico-científico e a civilização da máquina, apogeu e, talvez, crepúsculo do imperialismo e a era espacial. Diante de uma nova realidade histórica, qual a validade e relevância das opiniões de um monge quase medieval, mesmo que tenha sido o “rebelde obediente que abalou o mundo”?

São várias as possibilidades de resposta a essas questões. Mas todas elas pressupõem uma compreensão do que seja história. Ninguém pode considerar a história como mero espectador ou como analista que vai computando dados e fatos objetivos. Para compreender uma realidade histórica é preciso encontrar-se com ela, participar existencialmente dos fatos e ocorrências, quer nos sejam favoráveis ou não. É preciso que determinada realidade histórica ultrapasse tempo e espaço, tornando-se contemporânea nossa. Aplicando o que foi dito: é necessário que entremos em diálogo com a história de Lutero, ouvindo suas perguntas, respondendo a elas, para que o compreendamos. Evidentemente, a tarefa não se esgota com isso. Mas não nos parece que possa ser encetada de outra maneira — a não ser que se prefiram os chavões, os dogmatismos “definitivos” ou as autolimitações do intelecto.

COMO ENTENDE LUTERO A HISTÓRIA?

O ponto de partida do Reformador reside especialmente na razão última de todos os eventos, que para ele consiste na ação de Deus: “Com Sua vontade imutável, eterna e infalível, Deus prevê, ordena e consuma todas as coisas”. Deus age sozinho, quer os homens o aceitem ou não. “Não existem causa original nem razão fundamental que fossem prescritas a Deus como regra ou critério, já que nada se lhe equivale ou sobrepõe: Ele mesmo é o critério para tudo”. Eis porque “vemos em toda História e experiência, como Ele eleva um reino e destrói o outro(...), multiplica um povo e dizima o outro, como fez com os assírios, babilônios, persas, gregos, romanos, que julgavam poder permanecer no pináculo eternamente.

É nesse ponto que se levanta a primeira questão: não são os homens que agem na História, que a determinam? Sim, aparentemente, diria Lutero, porque não podemos ver como Deus determina os acontecimentos e evoluções. Mas o cristão crê que, através dos eventos, Deus mesmo esteja agindo. Isso se aplica tanto às nações como à Igreja, sendo que Lutero chega a afirmar que tanto os reis como os apóstolos não passam de marionetes de Deus. Onde fica, porém, a atividade, a responsabilidade do homem? Se os líderes são marionetes, que seriam os demais? Espectadores? Ou nem tanto, já que esses podem, eventualmente, aplaudir ou vaiar? Nesse ponto, é preciso considerar a antinomia, típica do pensamento de Lutero. Deus quer que os homens ajam e esse é o sentido de Sua criação. Justamente por serem criaturas de Deus, os homens são responsáveis por sua ação ou omissão. E isso se aplica inclusive ao âmbito político: o cristão não pode considerar-se “neutro” porque sua abstenção também terá conseqüências históricas.

Através dessa reflexão, Lutero procura uma possibilidade de acesso aos enigmas da história, com suas hediondas confusões e mesclas de direito e injustiça. A dubiedade se torna uma característica fundamental da história porque Deus não exerce diretamente seu Senhorio. Se Ele o fizesse, não haveria história. É interessante observar que, no fundo, o homem procura fugir à dinâmica da história: todos os sistemas totalitários (religiosos ou não) procuram fixar-se em elementos que, a partir de determinado momento, são considerados sagrados ou imutáveis. Surgindo um fato novo, que interessa impor, criam-se explicações nem sempre evidentes, comprovando que tal elemento já “sempre” existira — subjacente, latente, incluso ou coisa que o valha. Para todos os efeitos, não se trata de “novidade”. Porque tudo o que pudesse inovar, reformar ou modificar o arcabouço, ameaçaria diretamente a intocabilidade da estrutura. Mas é a própria história, como ação de Deus através de eventos humanos, que impede o êxito de tais fugas, inapelavelmente.

A discrepância que se evidencia entre o fato de Deus agir sozinho, ao mesmo tempo que os homens decidem e desencadeiam eventos, não é dissolvida por Lutero. Para ele, é expressão da ação oculta de Deus. Essa ação “abscondita” não possibilita apenas nossa existência histórica: corresponde inclusive à maneira como Deus Se revela aos homens. Jesus Cristo é o Deus encarnado

para os que crêem, mas o que vemos é apenas um bebê de fraldas molhadas, na manjedoura dos animais. Vemos apenas um criminoso, condenado à pena mais degradante, pendendo nu da cruz do Gólgota. Assim age Deus através dos atos humanos. Por quê? É uma pergunta última, cuja resposta só Deus conhece. O que não impede que sem especulações que só conduziriam à aporia, Lutero reconheça e postule um sentido da História -- e só isso já o situa no consenso de todos os cristãos. Sua reflexão não conduz ao determinismo nem se apóia na visão otimista ou idealista de um "mundo melhor". Se existe sentido na História, certamente não residirá no evolucionismo do "super-homem" ou do "homem feliz". A História adquire sentido como âmbito de um diálogo entre Deus e os homens, um diálogo de palavras e ações, através das quais reconhecamos nossos caminhos como sendo jornadas de Deus conosco. Dito de maneira diversa: quando um homem se encontra com seu Deus, encontrando assim o sentido de sua existência, terá reconhecido o sentido da História. Existe, por assim dizer, uma correspondência entre história e existência.

O homem que dialoga com Deus, encontra nesse relacionamento sua liberdade. Sabendo quem é o Senhor do mundo e da história, o homem é suficientemente autônomo para viver e agir, no diálogo e encontro com seus semelhantes. Como se vê, trata-se de uma autonomia em sentido bem especial. Em última análise, uma autonomia na heteronomia. Os que bendizem ou maldizem Lutero como pioneiro da liberdade de consciência tout court, como campeão do livre exame e propugnador do mais desenfreado individualismo, deveriam ser suficientemente honestos (intelectual e/ou religiosamente) para confessar que nunca leram sua obras. Justamente no âmbito da ética política, em que mais intensa se torna a diástase entre Evangelho e Estado, é interessante pôr à prova a contribuição teológica do Reformador. Não que se considerassem válidas todas as suas conclusões. A aceitação pura e simples de todas as teses de um pensador é sempre maléfica (tanto à Igreja como ao Estado). O que se pode e deve é ouvir. Para, então, discernir.

OS DOIS REINOS — DISTINÇÃO E UNIDADE

Do ponto de vista cristão, nada há, de fato, que seja secular. A fé cristã sempre colocou o Estado em relação direta com a

vontade de Deus. Isso significa que o Estado tem uma função determinada por Deus, existindo para servi-lo, através da preservação da justiça e da ordem jurídica, fundamentos sobre os quais se alicerçam todos os relacionamentos entre os cidadãos. Para manter e preservar a ordem jurídica, o Estado necessita de poder, fazendo, por vezes, uso da força. Só esse aspecto já denota uma distinção notável entre Igreja e Estado. Mas também as funções de ambos são diversas.

O que acabamos de afirmar é, desconsiderados os detalhes, expressão de opinião quase unânime (excetuados os que defendem a “dissolução” da Igreja e do Estado). Basta, porém, transferir a proclamação teórica para o âmbito da realidade e se tornará evidente que as distorções são bem mais profundas. Não só as relações entre Igreja e Estado têm assumido formas diferentes, através dos séculos. Isso ainda não afetaria a natureza de qualquer dos dois. Bem mais grave do que a exorbitância de funções de um deles (que implica automaticamente em “invasão da área” do outro), é a perversão de uma ordem, assim que a injustiça passa a ser considerada justa e legal, a opressão é integrada nas estruturas jurídicas e a violência se torna sinônimo de poder. Neste caso, o Estado estará desrespeitando flagrantemente a vontade de Deus. Que poderá ou deverá fazer a Igreja? Eis a questão.

A reflexão de Lutero rejeita o ideal do “Corpus Christianum”, típico da Idade Média (com resquícios mais do que palpáveis no século XX). O ideal medieval previa uma unidade sócio-político-religiosa, governada por dois poderes, o espiritual e o secular, com predominância (expressa sempre que possível) do primeiro. A doutrina dos dois reinos, embora não implique na superação total e absoluta do “Corpus Christianum”, permite que se distinga claramente entre Igreja e Estado, reconhecendo simultaneamente sua unidade, sem confundir um e outro.

Funcionalmente, o conteúdo da doutrina dos dois reinos pode ser compreendido como a dupla modalidade, pela qual Deus (!) governa os homens e o mundo: pelo Evangelho e pela autoridade (estatal). Enquanto que o Evangelho relaciona os homens com Deus, a função da autoridade é a de zelar pela paz que possibilita o relacionamento mútuo dos homens. De um ponto de vista personalista, a doutrina enfatiza a destinação escatológica do mundo e dos homens: distinguem-se os verdadeiros cristãos (que se submetem à graça) dos demais homens (que estão sob a ira de Deus). To-

dos, porém, encontram-se no âmbito da humanidade total, ou seja, ninguém fica entregue à própria sorte ou ao caos: a vontade de Deus é que reine uma ordem que possibilite a convivência. A dignidade da autoridade (estatal) reside justamente no fato de ter recebido um mandato de Deus. A problemática se torna candente a partir do momento em que o orgulho humano, o egoísmo e a tentação do poder subjagam a autoridade. A função estatal (preservar uma ordem político-social que permita a convivência pacífica e fraterna dos homens), corrompida e pervertida, adquire bem outro sentido. Veremos adiante as conseqüências disso.

Distinguindo entre Igreja e Estado, a reflexão luterana rejeita, evidentemente, fenômenos como a teocracia, o cesaropapismo, governo eclesiástico do Estado e governo estatal da Igreja, devido às possibilidades latentes, de perversão, que os caracterizam. Para muitos, parecerá contraditório que Lutero tenha apelado aos príncipes territoriais, instando-os a participar do governo eclesiástico. Sem esquecer que tais autoridades não configuravam um poder estatal comparável com o moderno, será preciso registrar o descontentamento e insatisfação do Reformador com tal solução precária. As circunstâncias tinham forçado um relacionamento por demais estreito entre os príncipes e as Igrejas territoriais. Uma justificativa, embora insuficiente, poderia apoiar-se em dois fatores: o fato de os príncipes serem cristãos (o que não pode nem deve ser bagatelizado através de eventuais comparações hodiernas) e o despreparo das comunidades eclesiásticas para um governo autônomo. Lutero, porém, nunca considerou que essa emergência pudesse consolidar-se e adquirir legitimidade permanente. Dizer-se que transformou os príncipes territoriais em bispos "luteranos" não passa de ficção. Em seu cerne, e levando-se em conta sua doutrina do sacerdócio universal dos fiéis, a doutrina dos dois reinos impede todo e qualquer falatório inconseqüente acerca de pretensos Estados, nações ou civilizações "cristãos". As tarefas são distintas. Em que consiste, agora, a unidade que não confunde Igreja e Estado? Antes de mais nada, em Deus. E, a partir de Deus, nas tarefas que um presta ao outro.

Na medida em que o Estado garante de modo justo a convivência de todos os cidadãos, estará abrindo possibilidades, pelo menos formais, para que a Igreja realize sua missão. Na medida em que a Igreja cumprir sua tarefa de "consciência do Estado", principalmente através da proclamação do Evangelho, estará pres-

tando àquele um serviço inalienável e que não deve ser negligenciado. O Estado precisa ser reiteradamente lembrado de que não constitui um fim em si mesmo e que sua dignidade é conferida e não, inerente. Ao lembrá-lo disso, a Igreja não estará cometendo ingerências indevidas. Pelo contrário: os cristãos, com isso, estarão simultaneamente prestando seu testemunho diante do mundo e dando sua mais original contribuição à coletividade. As formas concretas dessa contribuição serão várias. Mas aqueles que vêem nesse testemunho “*mera politicagem*”, deveriam perguntar-se, se não estarão traindo seu apostolado, numa das esferas decisivas da realidade humana. A rigor, deveriam perguntar-se, se ainda são cristãos.

Por outro lado, o relacionamento dos dois reinos garante a liberdade da mensagem que a Igreja tem a transmitir ao mundo. A proclamação do Evangelho possui uma soberania própria, que só deve lealdade ao Senhor da Igreja. Não é o Estado, ou seja, não são os detentores do poder a instância decisória sobre o conteúdo e a forma do ensino e pregação da Igreja. Cristo mesmo é quem fala, pela pregação da Igreja, admoestando e advertindo o Estado sobre o perigo latente de sua própria perversão. Assim como é o mesmo Cristo quem lembra à Igreja do perigo, sempre presente, de excessiva acomodação e silêncio cúmplice.

Além de considerar a Igreja como um todo, será preciso lembrar que o cristão, como indivíduo, também se relaciona com o Estado. Segundo a reflexão de Lutero, o amor a Deus e ao próximo será o diapasão pelo qual o cristão afina sua atitude diante da autoridade. Isso significa que o cristão não agirá pressionado por medidas repressivas, previstas pelo Estado, mas sua lealdade e obediência estarão alicerçadas no mandamento de Deus. O cristão, *conhecedor da origem da dignidade estatal*, será o primeiro a colaborar para que o Estado não se perverta, cumprindo sua tarefa essencial, tarefa de justiça e de paz. Sabendo da transitoriedade do Estado e de todas as instituições, o cristão não obstante envidará todos os esforços que visem a promoção do homem e o respeito pela incomparável dignidade da *criatura humana*. É muito provável que o cristão o faça sem o açodamento, sem o dogmatismo asfixiante, dos que só admitem uma opinião, um princípio, um sistema, um instrumento. Justamente porque tem uma esperança bem definida, o cristão não necessita de uma cosmovisão totalitária (inclusive a que se rotulasse de “*cristã*”).

Mas ainda resta a pergunta: Que fazer na situação limítrofe, em que o Estado realmente sucumbiu à perversão, transformando-se em instrumento de destruição e degradação do homem? Qual será, então, a posição do cristão, da Igreja?

SUBMISSÃO OU REVOLTA?

Toda a problemática envolve a difícil questão do limite de lealdade e obediência, em relação ao Estado. Lealdade e obediência totais, o cristão só as deve a seu Deus. Nem o Estado nem qualquer outra instância podem exigí-las para si. Qualquer transigência, nesse ponto, atingiria o âmago mesmo da fé. E é por isso que, desde o tempo das catacumbas, os cristãos são sempre “suspeitos”, sobretudo quando o Estado não os encara como cidadãos e sim, como súditos. Mesmo sem cobater abertamente o absolutismo, o cristão já terá traçado uma fronteira intransponível, para esse, pelo simples fato de crer no Deus Todopoderoso. Às vezes é com paciência e — por que não dizê-lo? — com certo humor que o cristão contempla o aparato dos potentados de todos os tempos e lugares. Mas há outras opções.

Lutero, embora acentuando a legitimidade do serviço militar, defendia a opinião de que ninguém pode ser coagido a cometer injustiça, pelo que nada obriga aos cristãos a participação em uma guerra injusta. É evidente que, em nossos tempos, as guerras assumiram proporções e caráter tão terríficos que dificilmente poderemos argumentar com o auxílio de conceitos tão ultrapassados como os de guerra justa ou injusta. Seja como for, a recusa em participar de um conflito, de acordo com Lutero, pelo menos, é atitude legitimamente cristã. Não se trata propriamente de pacifismo, porque este envolve outras motivações.

Acerca das conseqüências dessa recusa em participar de um conflito, Lutero opinava de modo favorável à resistência passiva, a qual também se aplicaria no caso de um cristão se recusar a exercer determinada tarefa, no Estado, por reputá-la contrária à sua fé. Tal resistência passiva, porém, podia adquirir caráter pronunciadamente ativo, sobretudo quando exercitada no setor espiritual. A resistência passiva do pastor ou clérigo, através da pregação do Evangelho e da ação pastoral, pode adquirir relevância política indiscutível, principalmente se o meio social estiver submetido

do a uma ideologia de sentido totalitário. Isso não significa que o sermão esteja sendo utilizado como arma política. Durante a vigência do regime hitlerista, por exemplo, qualquer menção ao pecado ou à penitência já era considerada como atentatória aos princípios legais. Em tal situação, poderia haver um sermão que não fosse subversivo, que não configurasse uma espécie de resistência?

Mas será preciso ainda considerar a situação limítrofe, que supera uma série de outros estágios graves. Estágios graves, segundo a concepção luterana, seriam os seguintes:

1) Quando a autoridade (legítima) abusa ocasionalmente do poder, quaisquer que sejam os motivos, ferindo os princípios legais. A resistência ativa do cristão consistirá em lembrar os detentores do poder de suas atribuições e seus limites. Ao fazê-lo, o cristão não considerará as possíveis reações da autoridade, ou seja, rejeitará o oportunismo e a cautela dos irresponsáveis. A resistência que opõe, apesar de ativa, exclui a violência (já porque se trata de uma autoridade legítima).

2) Quando a autoridade (legítima, cristã ou não cristã) passa a perseguir os cristãos. Como a fé, segundo a Reforma, não deve nem pode ser defendida por meios de força, a resistência dos cristãos será incondicional, mas terá caráter espiritual. Os cristãos não recuarão diante do martírio, atitude que, sendo passiva, não deixa de ter efeitos claramente ativos, como o demonstra a história.

A situação limítrofe configura-se no momento em que a autoridade coloca-se acima da lei e do direito, determinando ela própria o que seja o bem e o mal, justiça e injustiça. É um caso que supera inclusive o chamado "direito da força", porque a força, como tal, torna-se sinônimo de lei e direito. Justamente para expressar tal superlativo de tirania e usurpação, Lutero dá a essa autoridade a designação de "tirano universal" (lembrando a II Epístola aos Tessalonicenses 2,8). O tirano universal caracteriza-se como uma espécie de monstro que a tudo destrói e devora. Ao contrário de outros tiranos que desrespeitam a lei, o universal nem toma conhecimento dela, pelo que se torna impossível qualquer espécie de ordem em qualquer setor da existência. O tirano universal torna-se uma ameaça mortal à existência humana, em todos os seus aspectos. Por isso mesmo, não só os cristãos, mas todos os homens têm o dever de assumir uma atitude de resistência ativa, in-

clusivo por meios violentos. é a única situação em que Lutero (e os demais Reformadores) reconhecia a necessidade inadiável da revolta, com participação cristã. Nesse caso, os cristãos considerariam apenas a calamidade presente e concreta, resistindo sem mesmo aguardar a eventual opinião dos juristas. Seria uma resistência que inclusive dispensa a ponderação em torno das reais ou potenciais chances de vitória ou derrota. Tem caráter espontâneo e inadiável, valendo pelo que representa e não, pelos resultados eventualmente alcançados. Trata-se de uma revolução como atitude de obediência, como atitude de quem está disposto a viver e morrer para os homens. Só poderá aquilatar corretamente tal atitude e assumi-la, quem reconhecer a dignidade de uma autoridade autêntica. E a origem de tal dignidade. A partir de tal reconhecimento e nesse contexto, pode-se compreender o que significam as palavras de Lutero: "Se puder fazer sozinho a revolta, ainda assim a farei". Em última análise, o tirano universal pretende ocupar o lugar do próprio Deus. Eis porque o cristão considerará como expressão de seu testemunho a resistência à blasfêmia. Lutero não desconhecia o fato de nesse caso, os cristãos serem difamados como "revoltosos", mas é com tranquilidade que lembra também "não ser mera revolta tudo aquilo que os mastins classificam como tal". Afinal de contas, prossegue, não são os cristãos que criam as condições de tal situação. Da mesma forma, os cristãos não procuram justificar-se a si próprios. A Igreja sabe que só Deus pode perdoar e justificar.

E NÓS?

Não nos cabe entender as opções de Lutero como receiptuário para nossos dias. A ética cristã não se compõe de uma lista de conselhos práticos, para as diversas ocasiões. Em seu tempo, o Reformador desconhecia o princípio da soberania popular.

A situação do homem moderno é bem outra. Se, de um lado, existem regimes que se fundamentam na participação de todos os cidadãos na coisa pública, não é menos verdade que o Estado moderno, em qualquer regime, depende muito mais da tecnocracia, das equipes de planejamento e segurança interna. O nível de burocratização e o aparelho técnico assumiram tais proporções que a participação popular em todo o processo governamental

tornou-se relativa, mais teórica do que efetiva. O Estado moderno, por suas características, tende a desenvolver uma autoridade cada vez mais anônima.

A existência cristã em tal realidade política vê-se colocada diante de uma problemática nova, para a qual não existem soluções prontas. O cristão, mesmo verificando e reconhecendo o governo de aparelhos e forças, de movimentos e influências, não deixará de levantar, apesar de tudo, a séria questão da responsabilidade. Não importa que os computadores decidam sobre os problemas sócio-econômicos. Para o cristão, tais problemas continuam a envolver destinos humanos. E os manipuladores de aparelhos continuam a ser homens que devem prestar contas de seus atos, planejamentos e decisões. Para os cristãos, a civilização da máquina e do dinheiro não se constitui em argumento para a ocultação dos atos de quem quer que seja. Apesar de toda a anonimidade de que se revestem, existem donos da máquina e do dinheiro. E apesar da anonimidade de seu sofrimento, existem as vítimas da máquina e do dinheiro. O Evangelho, porém, refere-se a ambos. O Evangelho coloca a todos no âmbito da história. Todos estão, portanto, colocados na presença do Senhor da História. E é diante deste Senhor que se farão as opções. Ninguém se iluda: as opções são bem mais difíceis do que parecem à primeira vista. A dinâmica do Evangelho tem um poder bem mais tremendo do que o imaginam alguns de seus pouco convictos seguidores e alguns de seus mais ou menos decididos adversários. Nem sempre se poderá saber, se alguém se rotula de cristão, para melhor perseguir a fé, através de um exemplo de acomodação, compromissos espúrios ou silêncio tácito. Nem sempre se saberá, se o não cristão, através de uma opção humana, não estará vivendo mais autenticamente o conteúdo do Evangelho. Os julgamentos, para nós, são praticamente impossíveis. Na situação limítrofe, a consciência do homem sempre estará só. E é nessa solidão, para dentro da qual Deus talvez fale, que o homem deverá assumir sua tarefa e sua destinação humana.

Um dos exemplos mais impressionantes, que se conhecem, a respeito de uma opção da existência cristã na realidade política, é o de Dietrich Bonhoeffer. Durante o encarceramento que precedeu sua execução, um dos detentos perguntou-lhe como fora capaz, na qualidade de pastor luterano, de participar de um complô,

destinado a assassinar Hitler. Bonhoeffer deu a seguinte resposta, que poderia vir a ser uma indagação a todos nós:

“Se um motorista embriagado, desenvolvendo alta velocidade, precipitar-se pela avenida principal, matando grande número de pessoas, a obrigação de um pastor consistirá em enterrar suas vítimas e consolar os sobreviventes ou em arremessar-se contra o carro, arrancando o volante das mãos do louco?”